

Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará

FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA*

Terêncio, poeta latino nascido em Cartago antes da Era Cristã, é autor de aforismo de largo alcance, segundo o qual “nada se diz que já não tenha sido dito antes”. Não tendo o condão de inventar palavras ou idéias verdadeiramente novas, adequadas à magnitude desta cerimônia, tomo emprestada a máxima de Terêncio para justificar previamente a escassa originalidade desta peça oratória. Tampouco inovarei ao externar meus conceitos em relação ao papel cultural e científico do Instituto que agora me recebe como Sócio efetivo. Consola-me Joaquim Nabuco, um dos maiores tribunos brasileiros, que aconselha: “Não procureis a originalidade. Só tem direito de ser original quem não procura sê-lo”. Feitas essas ressalvas, permita-me este seletto auditório começar louvando as virtudes da Astronomia e de seu devotado cultor, Rubens de Azevedo, que me precedeu nesta Casa. Em seguida, retomarei outros tópicos sem me alongar em demasia, para não abusar da paciência dos que realçam com suas presenças o brilho e o significado desta solenidade.

Começo pela Astronomia, ramo do conhecimento humano de remotíssima origem e que etimologicamente tem o significado de “lei das estrelas”. De fato, a contemplação da abóbada celeste, de seus corpos e fenômenos, foi capaz de despertar a curiosidade dos hominídeos primitivos e das gerações que os sucederam na cadeia evolutiva, incitando-os na busca incessante que levou à decifração dos mistérios e das leis naturais que regulam a gênese e o movimento do universo.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Henri Poincaré, o mais brilhante matemático do final do século XIX, assinalou em sua obra *La Valeur de la Science*, ou *O Valor da Ciência*, de 1906, que “a Astronomia é útil porque nos eleva acima de nós mesmos; é útil porque é grande, é útil porque é bela; isso é o que se precisa dizer. É ela que nos mostra o quanto o homem é pequeno no corpo e o quanto é grande no espírito, já que nesta imensidão resplandecente, onde seu corpo não passa de um ponto obscuro, sua inteligência pode abarcá-la inteira e dela fruir a silenciosa harmonia. Atingimos assim a consciência de nossa força, e isso é uma coisa pela qual jamais pagaríamos caro demais, porque essa consciência nos torna mais fortes.” A faculdade que só o gênero humano tem, de associar pensamentos lógicos, de conhecer, compreender e extrair conclusões, deu-nos plena consciência de nossa pequenez e, ao mesmo tempo, de nossa grandeza. Essa dialética não é apenas de ordem filosófica, pois está alicerçada na ciência e tem inegáveis repercussões práticas. Alcança desde a Física das partículas sub-atômicas, passa pelo Universo infinito e chega aos postulados jurídicos que resguardam a dignidade e os direitos da pessoa humana, revelando que todos os homens, como assevera Fábio Konder Comparato, “apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes do mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza”.

A contemplação do firmamento, longe de ser ofício apenas de poetas e sonhadores, rendeu à humanidade a compreensão do micro e do macrocosmo e trouxe-nos, por longo e tortuoso caminho, ao ponto a que chegamos. Rubens percebeu intuitivamente a importância da Astronomia, aplicou-se em seu estudo e a ela dedicou o melhor de sua atividade profissional, sem prejuízo de outros afazeres a que se entregou. Vale a pena lembrar o elevado conceito que construíra acerca desse ramo da ciência, tão bem expresso no discurso proferido ao tomar posse neste Instituto. “A linha mestra do meu trabalho tem sido a Astronomia [...], a contemplação do céu, com vistas à aquisição de uma atitude filosófica condizente com a minha atuação profissional. Muito embora seja considerada uma ciência de gabinete, cultuada por uma aristocracia de cientistas aparentemente dissociados da realidade da vida cotidiana, é a Astronomia, na verdade, a ciência prática por excelência e, sem contestação, a mãe de toda a cultura científica, técnica, ar-

tística e filosófica do homem. É a mais antiga das ciências e, com segurança, foi a que contribuiu de forma mais efetiva para a evolução do pensamento. Nasceu ela, aliás, com caráter eminentemente prático. Foi criada pelas dificuldades que o homem encontrava na perquirição dos mistérios da natureza que ele precisava desvendar”. A Astronomia, confessadamente, foi para Rubens a linha essencial de sua formação e de sua cultura.

Meu antecessor, consoante ele próprio revelara, nasceu em Fortaleza no dia 30 de outubro de 1921, neto de professor de latim e filho de pai autodidata, matuto emigrado de Redenção ainda rapazinho. Otacílio, o pai, aprendeu a ler muito tarde e, como um Marcel Proust cabeça-chata, atirou-se sôfrega e incansavelmente “à la recherche du temps perdu”, por meio de leituras diversificadas que suprimiram a limitada escolaridade formal e renderam-lhe um cabedal de conhecimentos que causava admiração e o tornara um dos mais festejados intelectuais da província; apesar de, artista plástico e talvez maior poeta, reclamar, em angustiados versos e ao certo por extrema modéstia:

*Li trinta anos afinco e hoje não valho
Uma página só de Dom Casmurro
[...]*

Os pendores para o desenho, Rubens herdou-os também da mãe, com quem aprendeu as primeiras noções. O pai levou-o a interessar-se pela Arte e pela Ciência. Aliás, o senso estético de Otacílio Azevedo era tão acentuado e tamanha sua admiração pelos grandes artistas, que deu aos três filhos varões os nomes de expoentes da Renascença e do Barroco: Rubens, Miguel Ângelo e Rafael Sânzio. Se o critério de identificação for o nome de batismo, talvez passe despercebido em nosso meio o Azevedo que integra este sodalício e que traz desde o berço a incumbência de homenagear o anjo Miguel ou o Michelangelo da “Pietà” e do “Davi”, mas garanto que todos o conhecem por seu pseudônimo, o Nirez guardião da memória cearense. Segundo um antigo brocardo, “quem sai aos seus, não degenera”; por isso, todos os descendentes diretos de Otacílio Azevedo são intelectuais reconhecidos ou alcançaram a glória acadêmica, como membros efetivos deste Instituto ou da Academia Cearense de Letras.

Rubens elaborou, em 1948, o primeiro mapa lunar brasileiro, hoje depositado no Museu do Eclipse, em Sobral. Em 1953, mudou-se para São Paulo, transferindo-se posteriormente a Natal e, em seguida, a João Pessoa, sempre dedicado ao desenho e à Astronomia.

De volta à terra alencarina, continuou ligado às artes plásticas e aos estudos astronômicos, tendo seu nome associado ao planetário instalado no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em justo reconhecimento a seu permanente afã de “ouvir estrelas”.

Este, em rápidas palavras, o perfil do consócio a quem me coube suceder no convívio com a plêiade de ilustres integrantes desta mais que tradicional Instituição cultural. Desde as primeiras sondagens nesse sentido, indago-me se reúno as credenciais para ingressar em tão seletivo panteão. Não sou historiador, geógrafo nem antropólogo. Entretanto, impende ressaltar que este Instituto, embora desde sua origem ostente em sua própria denominação a finalidade de atuar no campo da História, Geografia e Antropologia, tem, ao longo do tempo, acolhido profissionais dedicados a outros ramos científicos, visto que o conhecimento especializado nessas áreas das ciências humanas não é um requisito preempatório para o ingresso na Casa do Barão de Studart. Ademais, como bem assinalou Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, em seu discurso de estréia neste Templo, “força é reconhecer que constitui a História a sua área dominante sob todos os pontos de vista. Mas a amplitude de visão dos fundadores e o labor de seus continuadores evitaram que esta, embora prioritária, se tornasse exclusiva”. No entanto, é exatamente essa prioridade que me deixa confortável, porquanto não me sentindo um experto em História, também não sou jejuno na disciplina de Heródoto, pois ninguém dedica uma vida inteira ao estudo da Ciência do Direito sem adentrar os meandros da História.

O Direito é muito mais que o conjunto de leis ou normas que regem as relações entre os homens – é produto de sua cultura, nasce e se modifica ao sabor dos valores eleitos pela sociedade em dado momento histórico. Por isso mesmo, tenho proclamado que os atores do Direito, notadamente os magistrados, precisam desvencilhar-se daquela concepção anacrônica de que o mais importante é o bom manuseio das regras processuais. Livres dessa idéia preconcebida, passarão a compreender a necessidade de aprofundar seus conhecimentos não só no campo jurídico, mas também nas diversas áreas das ciências humanas, como a

Filosofia, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, tornando-se verdadeiros realizadores do direito e da justiça, e não simples autômatos aplicadores da lei, proibidos de interpretá-la. Aliás, dizia Francis Bacon que “o homem mais perigoso é aquele que sabe pela metade”. Nesse sentido, assinala Jacob Bazarian: “o ignorante é humilde porque sabe que não sabe; o sábio é modesto porque tem consciência de que aquilo que sabe é apenas uma pequena parcela do que ainda não sabe. Agora, aquele que sabe pela metade é pretensioso e pensa que sabe tudo. Devemos temer o homem que leu um só livro, pois ele vai julgar tudo por esse único livro – o que é muita presunção”. Por conseguinte, não podemos analisar as normas jurídicas somente pelo prisma do Direito, mas devemos levar em conta o contexto histórico. Isso porque, à proporção que a sociedade evolui, surgem novos interesses para a humanidade, o que nos faz concluir não serem estáticos os direitos e anseios do homem imerso nas contingências históricas de uma determinada civilização.

A esse respeito, assevera Norberto Bobbio: “o elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses das classes no poder, dos meios disponíveis para realização dos mesmos, das transformações técnicas etc. Direitos que foram declarados absolutos no final do século XVIII, como a propriedade *sacrée et inviolable*, foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XVIII sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas cartas recentes”.

Vê-se, portanto, que a Ciência da qual me ocupo guarda íntima conexão com as demais ciências humanas, parte das quais – como é notório – constitui a área de interesse desta agremiação científico-cultural que ora me recebe em seus recintos.

Ademais, conta a meu favor o fato de que iniciei minha vida de professor ainda muito jovem, dando aulas particulares de Português e História do Brasil, como forma de complementar minha parca mesada. A partir de então, embora não sendo historiador de ofício, nunca mais consegui afastar-me de minhas leituras sobre a História e as biografias de seus grandes vultos, consciente de que ela, segundo Marcus Tullius Cícero “é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a anunciadora da antiguidade”.

Porém, não me cabe falar das razões que levaram o Instituto do Ceará a acolher-me, até porque são elas incertas à minha visão; por isso, tal qual fez Roland Barthes ao proferir sua aula inaugural no Colégio de França, prefiro, por cautela ou para fugir do embaraço intelectual dessa interrogação, delas desviar-me e dizer daquelas que, particularmente, como acentuou o mestre da Semiologia Literária, “fazem de minha entrada neste lugar uma alegria mais do que uma honra; porque a honra pode ser imerecida, a alegria nunca o é”. Desfruto, pois, da alegria de ter assento neste Templo da Cultura, que nasceu em 1887, nos estertores do Segundo Império, quando a Terra da Luz já se livrara da pecha da escravidão. Brotou por iniciativa de um pugilo de intelectuais que procuravam dotar a Província de uma instituição nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como a entidade que o inspirou, o Instituto do Ceará debruça-se sobre a história, não se contentando apenas com os fatos centrados nos chamados grandes acontecimentos políticos, mas procurando, como fez Michelet, conferir dignidade científica a tudo que significa a vida de um povo. Igualmente, não deve ser indulgente para com seus personagens, porquanto, conforme pontua o historiador francês: “o historiador não é Deus, não tem seus poderes ilimitados; não pode esquecer, ao escrever o passado, que o futuro, sempre copiador, dele copiará exemplos. Sua justiça vê-se, assim, circunscrita a uma medida menos ampla do que aconselhava seu coração”.

Outra alegria é a de reencontrar aqui a lembrança e a presença de tantos intelectuais que pontificaram e pontificam nesta Casa onde reinam a ciência e o saber, a começar por seus fundadores Guilherme Studart (Barão de Studart), Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Antônio Bezerra de Menezes, Joakim de Oliveira Catunda, João Batista Perdígão de Oliveira, Júlio César da Fonseca Filho, Pe. João Augusto da Frota, Antônio Augusto de Vasconcelos, José Sombra, Virgílio Brígido, Virgílio Augusto de Moraes e Juvenal Galeno da Costa e Silva, passando por Manoel Soriano de Albuquerque, Rodolfo Teófilo, Antônio Martins de Aguiar e Silva, Djacir de Menezes, Clodoaldo Pinto, Dolor Barreira, Raimundo Girão, Plácido Aderaldo Castelo, Antônio Martins Filho, Demócrito Rocha, Dom Antônio de Almeida Lustosa, Manuel Eduardo Pinheiro Campos – para citar apenas alguns dos muitos que não mais podem ser vistos entre nós. Dos que ainda convivem conosco, peço licença para citar apenas dois – para não cometer injustiças e por

razões pessoalíssimas: Paulo Bonavides, minha referência acadêmica, meu velho amigo e meu eterno mestre, e José Liberal de Castro, que, do mesmo modo é, para minha mulher Marfisa, paradigma de acadêmico, amigo de longa jornada e mestre da vida toda.

Ombrear-me com esse grupo de intelectuais de ontem e de hoje assusta-me, mas, ao mesmo tempo, proporciona-me um instante de rara emoção. Inegável, também, que me encontro envaidecido – esconder tal sentimento não seria sincero – ao ver meu nome incorporar-se a tão nobre galeria. Com efeito, recebo essa acolhida como galardão de minha trajetória de vida.

Vida que se inicia na Rua Assunção, nº. 572, em 23 de novembro de 1952, nesta Capital. Plagiando Carlos Drummond de Andrade, registro que ali, ignorante de outras realidades, começa e se expande meu conhecimento do mundo. É ali que, como o poeta, tomo consciência de que meu coração não é maior que o mundo. Nele não cabem nem as minhas dores. A rua que meus olhos de criança vêem é enorme, e qual meu coração, nela não cabem todos os homens. A rua é menor que o mundo. O mundo é muito grande.

Sou o sétimo filho de uma família de oito irmãos, típica de classe média e de profundas convicções cristãs. Meu pai, Benjamim Aguiar Rocha, era funcionário público e minha mãe, Angélica Aguiar Ximenes Rocha, de prendas do lar. A memória de ambos, com imorredoura saudade, reverencio nesta ocasião, ressaltando que lhes devo muito mais do que a herança biológica, pois me legaram o exemplo de dignidade e a formação ética.

Esse pequeno registro a respeito de minha origem e do perfil de minha família deixa claro que o percurso para chegar até aqui não foi tão fácil quanto possa parecer; tive que aprender muito cedo a abrir meus próprios caminhos, a arcar com responsabilidades, ao invés de desfrutar riquezas. Para embalar meus sonhos e transformá-los em realidade, precisei lutar para desvendar os movimentos das pedras do xadrez da vida, e o fiz sempre com muita coragem, pois é isso que ela exige de nós, como bem anunciou Guimarães Rosa, pela boca do jagunço Riobaldo: “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

As dificuldades enfrentadas, contudo, não me serviram de empecilho, mas de desafio ou até mesmo, quem sabe, abriram-me oportuni-

dades! Não tenho do que reclamar; ao revés, estou contente por haver desde moço lutado para ocupar meu espaço. Parafraseando Winston Churchill, digo que se tivesse nascido herdeiro de milhões, poderia até ter tido uma vida mais tranqüila e confortável, mas certamente teria sido uma vida menos interessante.

Não pensem, entretanto, que fui um solitário nessa caminhada. Nada disso! Muitos foram os que, voluntária ou involuntariamente, contribuíram para que eu chegasse aonde cheguei, de tal forma que seria impossível nominar a todos. Afinal, como sentenciou Hannah Arendt: “Ninguém, por mais forte que seja, pode realizar alguma coisa, boa ou má, sem ajuda dos outros”. Recolho, pois, do fundo da memória, ancestrais, mestres, parentes e amigos que são os grandes responsáveis por este momento ímpar de minha existência. Peço licença para homenagear a todos na pessoa daquele que, ainda nos umbrais da Faculdade de Direito, creditou-me méritos e incentivou-me a trilhar as veredas da profissão que abracei. Refiro-me ao saudoso Professor Alcimor Aguiar Rocha.

Não posso encerrar estas despreziosas palavras sem antes externar o meu agradecimento aos eminentes consócios que propuseram meu nome para preencher a vaga aberta com o falecimento de Rubens de Azevedo, a começar pelo Deputado e sempre Senador Mauro Benevides, de quem tenho recebido tantas manifestações de apreço, além dos pródigos registros feitos no Congresso Nacional em diversas etapas importantes da vida deste seu conterrâneo e amigo menor. Ao do eminente parlamentar, ajunto os nomes de Pedro Sisnando Leite, intelectual de escol, e de Miguel Ângelo de Azevedo, o Nirez, que muito me sensibilizou ao indicar-me para ocupar a cadeira deixada por seu inolvidável irmão.

Manifesto minha gratidão e reconhecimento à Diretoria do Instituto do Ceará, especialmente nas pessoas de José Augusto Bezerra, seu dinâmico e hábil Presidente, Valdelice Carneiro Girão, Paulo Ayrton Araújo, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Ednilo Gomes de Soárez e Pedro Alberto de Oliveira Silva, pela lhanza e elegância que me dispensaram ao longo desse processo.

Agradeço, igualmente, aos demais consócios e consócias que sufragaram meu nome para integrar esta Instituição, que ocupa lugar de destaque perante as suas congêneres de todo o País, o que para mim

constitui uma suprema honra, que supera as minhas expectativas mais otimistas de reconhecimento intelectual.

Ao Professor Filomeno Moraes, a quem sou ligado, desde os bancos da Faculdade de Direito, por afeição e afinidade de intelectual, agradeço comovido suas palavras generosas, que só se justificam pela amizade de uma vida inteira. Em seu nome quero abraçar e homenagear a todos os amigos e amigas que aqui compareceram e aos que não se puderam fazer presentes, e dizer-lhes que sou grato por tudo que lhes devo e pelo quanto representam para mim. Por isso, socorrendo-me de Carlos Fuentes, afirmo que é nos amigos que encontramos aquilo que nos falta e é na amizade que confirmamos o que recebemos na família.

Por fim, agradeço ao Criador a dádiva a mim concedida, substanciada nas pessoas de minha mulher Marfisa e de meus filhos João Gabriel e Sofia, sempre presentes nos momentos de dor e de alegria, permanentemente a demonstrar o axioma do poeta Virgílio: “O amor vence tudo”.

Muito obrigado.

